

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Mito, memória e poder: os roteiros das riquezas minerais no oeste de Minas Gerais (1709-1970)

Fabricio Rodrigues dos Santos, Pedro Henrique Andrade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13260>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Mito, memória e poder: os roteiros das riquezas minerais no oeste de Minas Gerais (1709-1970)

Myth, Memory, and Power: the routes of mineral wealth in Western Minas Gerais (1709–1970)

Pedro Henrique de Andrade,

Médico graduado pela UFMG, <https://orcid.org/0000-0001-9442-352X>, Email phaa80@gmail.com

Fabício Rodrigues dos Santos

Professor titular, Departamento de Genética, Ecologia e Evolução, ICB, UFMG, <https://orcid.org/0000-0001-9088-1750>, Email fabricao-santos@ufmg.br

Resumo: Os antigos roteiros chamados "Gameleira e Três Irmãos" circularam em diferentes momentos no sertão oeste de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XX. Argumenta-se que esses roteiros não foram apenas instrumentos empíricos para orientar buscas minerais, mas representaram, sobretudo, construções simbólicas que articulavam mito, memória coletiva e estratégias políticas de legitimação social. A partir da análise crítica de fontes primárias e secundárias, discute-se como tais roteiros refletem tensões entre a visão dos sertanistas, a racionalização ilustrada em mapas e a instrumentalização do saber minerador pelas elites coloniais e imperiais.

Palavras-chave: historiografia mineradora; sertanismo; imaginário colonial, Nova Lorena Diamantina.

Abstract: The old routes called “Gameleira e Três Irmãos” circulated during different occasions in the mining hinterlands of Minas Gerais between the eighteenth and twentieth centuries. It argues that these routes were not merely empirical tools to guide mineral prospecting but, above all, symbolic constructions that intertwined myth, collective memory, and political strategies of social legitimation. Through a critical examination of primary and secondary sources, the discussion explores how such routes reflect tensions between the view of sertanistas, the enlightenment rationalization of maps, and the instrumentalization of mining knowledge by colonial and imperial elites.

Keywords: mining historiography; sertanismo; colonial imaginary

Introdução

As bandeiras paulistas surgiram no contexto do século XVII como expedições armadas, geralmente organizadas a partir de São Paulo, com o objetivo de explorar o sertão brasileiro, combater e capturar indígenas (principalmente para trabalho escravizado), buscar riquezas minerais e expandir as fronteiras da colonização portuguesa. Embora as primeiras bandeiras fossem marcadamente

centradas no “apresamento” de indígenas, no final do século XVII e início do XVIII as motivações passaram a se concentrar na busca por metais preciosos, especialmente ouro, que culminou no descobrimento de várias jazidas nas Minas Gerais (Monteiro, 2022).

Essa penetração no interior do território colonial demandou não apenas a abertura física de caminhos, mas também a organização de itinerários, frequentemente acompanhados de registros escritos que funcionavam como instrumentos de orientação para empreitadas subsequentes. Contudo, com as explorações auríferas e diamantinas de Minas Gerais no decorrer do século XVIII, foi consolidada e intensificada a prática de produzir roteiros e descrições de áreas reputadas como promissoras em riquezas minerais, conferindo a esses documentos um papel estratégico no avanço das frentes exploratórias. (Andrade, 2011)

Esses roteiros, entretanto, eram fortemente carregados por elementos místicos. No âmbito da mineração colonial brasileira, o imaginário das fabulosas riquezas remonta ao século XVI, fortemente moldado pelas conquistas hispânicas na América que inspiraram sucessivas incursões ao sertão em busca de jazidas de ouro, prata e pedras preciosas. No século XVII, a disseminação da crença na existência da chamada “Casa da Casca” — uma lendária região dotada de imensas reservas auríferas — consolidou, ao longo do tempo, uma tradição cultural sustentada pela ideia de montanhas e minas opulentas que estavam ocultas nas profundezas do continente sul-americano. Como apontou Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso* (1969), a crença, largamente difundida entre os portugueses, de que o Peru¹ não poderia situar-se a grande distância do litoral brasileiro, contribuiu para a notoriedade de uma suposta montanha de prata situada no coração do continente. Com o tempo, essa montanha foi sendo gradualmente identificada com a mítica Sabarabuçu e diferenciada de outra montanha lendária, a Serra das Esmeraldas, multiplicando o repertório mítico que alimentava o imaginário mineralógico colonial. (Holanda, 1969).

Durante a conquista inicial da América espanhola se originou o mito do El Dorado a partir do relato de um ritual em que um cacique Muísca² se cobria de ouro em pó e seguia de balsa e mergulhava na lagoa Guatavita. Este mito possivelmente influenciou a crença sobre uma grande lagoa fabulosamente rica em ouro que estaria situada nas cabeceiras do Rio São Francisco no interior de Minas Gerais. Esse imaginário, alimentado por relatos e rumores transatlânticos, articulava-se às

¹ Nesta época o território do Peru incluía o Alto Peru, atualmente Bolívia, onde encontraram as ricas minas de prata de Potosí, no sul dos Andes bolivianos.

² Etnia também conhecida como Chibcha que habitava o Altiplano andino, onde atualmente se encontra Bogotá, e formava uma sociedade complexa com agricultura desenvolvida e produção de vários objetos cerimoniais em ouro.

expectativas auríferas e mineralógicas do espaço colonial luso-brasileiro, projetando sobre o interior do território a ideia de um cenário de inesgotáveis riquezas. (Holanda, 1969).

As descrições de refulgentes montanhas que circularam em diferentes épocas nas capitâneas do Centro e do Sul do Brasil, apresentam entre si tamanhas semelhanças que parecem remontar, em última instância, aos primeiros relatos feitos em 1550 por indígenas do sertão. Esse episódio foi relatado por Felipe de Guillén, da Fazenda da Capitania de Porto Seguro, um dos primeiros cronistas a documentar as impressões colhidas entre os indígenas sobre supostas regiões ricas em metais preciosos no interior do continente, contribuindo para alimentar o imaginário mineralógico das gerações posteriores (Holanda, 1969).

No contexto mais amplo da história das bandeiras, os roteiros que prometiam riquezas como ouro e pedras preciosas contribuíram como motores simbólicos das expedições sertanistas. A partir das notícias e mapas, frequentemente imprecisos ou fantasiosos, os bandeirantes guiavam suas entradas pelo interior, impulsionados por uma esperança quase messiânica de encontrar montanhas de ouro ou prata, à semelhança das conquistas espanholas no Peru e no México. Assim, esses roteiros eram, ao mesmo tempo, instrumentos de orientação e dispositivos mitológicos que alimentavam a expansão territorial, os conflitos com indígenas e a criação de redes econômicas na América portuguesa.

Mesmo após o declínio das bandeiras, muitos desses roteiros permaneceram vivos no imaginário dos habitantes do sertão mineiro, transmitidos oralmente entre gerações como relatos de caminhos lendários, tesouros ocultos e regiões de riquezas fabulosas, perpetuando sua função simbólica bem além de sua aplicação prática original. (Andrade, 2011).

Neste artigo, argumenta-se, a partir da experiência de um roteiro chamado “Gameleira e Três Irmãos”, que esses itinerários não eram apenas descrições práticas da existência de riquezas. Estes roteiros eram documentos carregados de funções simbólicas que orientavam não apenas o movimento físico dos sertanistas, mas também a imaginação coletiva e as estratégias de poder colonial. Tais roteiros mineradores funcionavam também como "dispositivos historiográficos", permitindo que indivíduos e comunidades articulassem pertencimento, autoridade e memória em um contexto de escassez material e abundância mítica. Este artigo defende a tese de que tais roteiros são artefatos híbridos, cuja importância reside não apenas em seu valor factual, mas também em sua função historiográfica: eles atuaram como testemunhos de uma mentalidade colonial que mobilizava a memória e a expectativa social como ferramentas de construção de poder e prestígio.

Histórico do roteiro da Gameleira e Três Irmãos

A tradição oral do oeste de Minas Gerais atribui a descoberta das minas de Pitangui, em 1709, a Domingos Rodrigues do Prado e seus companheiros paulistas, que partiram das regiões de Sabará e Caeté quando foram derrotados na Guerra dos Emboabas, rumo às terras situadas a oeste, motivados pela expectativa de encontrar ricas jazidas auríferas. Durante a travessia, ao acamparem na margem esquerda do córrego conhecido como Caruru (ou Lava-Pés), perderam o guia experiente que os acompanhava, mordido por uma cobra. Como era ele quem detinha o conhecimento preciso sobre a localização do ouro, a morte do guia desanimou o grupo, que decidiu retornar. No entanto, ao passarem por um morro batizado posteriormente de Batatal, avistaram um grão de ouro emergindo da terra, precisamente em um buraco cavado por tatu. A exploração da área revelou ouro de fácil extração, superficial e espalhado pelo solo, cuja disposição irregular remetia à imagem de batatas enterradas. Esse achado teria dado origem ao núcleo urbano inicial que formou posteriormente a Vila de Pitangui. (Silva, 1902).

Apesar do êxito imediato, perdurou entre os habitantes de Pitangui a convicção de que, para além das fronteiras conhecidas, nos sertões mais distantes ao oeste, repousavam ainda maiores riquezas não descobertas. Essa crença estimulou diversos sertanistas paulistas, entre os quais se destacam Antônio Rodrigues Velho (o Velho da Taipa), e seu sogro, José de Campos Bicudo — que pleitearam sesmarias na região de Bambuí — além de Baptista Maciel, responsável pelo povoamento das terras de Piumhi em 1731. (Trindade, 1945).

Nesse cenário, circulavam entre famílias e grupos de sertanistas, diversos roteiros e cartas, repletos de orientações muitas vezes vagas ou truncadas, que exigiam interpretação parcial ou mesmo decifração para servirem efetivamente como guias na busca por jazidas ocultas. Um desses roteiros ganhou fama duradoura: o chamado “Gameleira e Três Irmãos”. Segundo a tradição, o documento teria sido encontrado entre os papéis do velho guia falecido no Córrego Caruru, participante da bandeira de Domingos Rodrigues do Prado. (RESUMO da memória do segundo vereador...1844).

O roteiro que foi possivelmente elaborado por algum aventureiro que tivera passagem pelos sertões dos rios Indaiá e Abaeté (margem esquerda do Rio São Francisco), referia-se a tesouros que teriam sido encontrados e logo abandonados por falta de mantimentos. A referência aos “Três Irmãos” ou “Três Irmãs” foi geralmente interpretada como uma alusão a três serras ou rios, mas, apesar das

tentativas de decifração, os exploradores raramente conseguiam localizar o ponto exato indicado. Alguns relatos afirmavam que o local estaria marcado por símbolos como uma alavanca de ferro enterrada sob uma grossa gameleira, uma corrente presa a um cedro ou um prato de estanho escondido em uma loca. Em versões alternativas, os “Três Irmãos” seriam três montes de ouro nas serras próximas às nascentes do Rio Abaeté, onde uma alavanca de ferro teria sido estrategicamente deixada como pista. (Eschwege, 2011; Couto, 1842).

O roteiro como motor da ocupação e exploração dos sertões do Indaiá e Abaeté

As promessas de riquezas auríferas veiculadas pelos roteiros, em especial o da Gameleira e Três Irmãos, tiveram impacto direto na colonização ocidental da Capitania de Minas Gerais ao longo da segunda metade do século XVIII. A presença dessas expectativas projetadas sobre o território sertanejo pode ser verificada em documentos oficiais, como o mapa da Freguesia da Manga, de 1764, que registra junto às nascentes do Rio Abaeté a expressão: “por aqui se esperam grandes haveres de ouro”. Tal anotação revela que a crença na existência de jazidas não era apenas componente do imaginário popular, mas influenciava decisões administrativas e estratégias de exploração territorial. (Costa, 2004).

Foi no governo de José Luís Castelo Branco, o Conde de Valadares (1768–1773), sucessor de Luiz Diogo Lobo da Silva, que essa lógica ganhou maior articulação. O governador, ciente dos rumores sobre descobertos auríferos e pressionado pela necessidade de assegurar a soberania da Capitania diante de disputas com Goiás, organizou e autorizou diversas entradas aos sertões do Indaiá e Abaeté, muitas delas instigadas por referências contidas em antigos roteiros. (Silva, 1902).

Em 1768, Manoel Pinto da Fonseca, morador do distrito de Papagaio, dirigiu uma bandeira ao interior das serras entre os rios “Andayá e Abayté”, alegando ter localizado ouro em um local que nomeou “Descoberto do Abayté e Gameleira”. Ao comunicar o achado ao governador, recebeu autorização para prosseguir com a exploração, levando consigo cerca de quarenta pessoas entre empregados e escravizados. Embora tenham enfrentado resistência de grupos de quilombolas armados, a expedição relatou a presença de “pintas” de ouro, o que provocou o interesse de outros grupos, inclusive uma bandeira que se organizava em Pitangui com mais de cem homens. Em resposta, Pinto da Fonseca solicitou que lhe fosse reconhecida a primazia da descoberta. (APM, 1764-1769).

No mesmo ano, o governador ordenou que o Alferes Francisco José de Aguiar, comandante do destacamento de Dragões em Paracatu, realizasse diligência oficial à região. O relatório de Aguiar,

no entanto, contestou a veracidade das informações prestadas por Pinto da Fonseca, alegando que não havia comprovação efetiva de jazida aurífera e que a narrativa se baseava em depoimentos pouco confiáveis de antigos moradores e escravizados fugitivos. (APM, 1764-1769).

Em paralelo, Domingos André, morador nas margens do Rio Preto (atual Rio Escuro, afluente do Rio Paracatu), também empreendeu entrada nas mesmas paragens, acompanhado de um velho escravizado que dizia conhecer trilhas auríferas. Dificuldades logísticas, sobretudo a escassez de víveres, impediram o avanço imediato, mas a persistência de Domingos levou o governador a organizar, em novembro de 1768, uma nova expedição oficial. Nela, deveriam participar o próprio Domingos André, Pedro Dias Pereira (considerado conhecedor da região), um guia escravizado e doze soldados dragões, sob supervisão de Aguilar. O objetivo era levantar dados geográficos e colher amostras minerais após o período das chuvas, mas não há registros conclusivos sobre a efetivação dessa expedição. (APM, 1768-1769).

Outras entradas seguiram nos anos subsequentes. Em 1769, Tomás Francisco Pires comunicou ao governador haver encontrado faisqueiras no Rio Paranaíba, mencionando expressamente o "roteiro do Descoberto do Abaeté" como fonte de sua orientação. (BNRJ, 1769). Em 1770 e 1771, novas bandeiras partiram de Paracatu e Pitangui, sob o comando de João de Godoi Pinto da Silveira e Caetano José Rodrigues. Retornaram sem sucesso, mas atestam o caráter persistente da busca. Nesse período, outros aventureiros, como Domingos de Andrade que foi expulso do Distrito Diamantino, também exploraram os mesmos sertões guiados por roteiros. (Eschwege, 2011).

Apesar do fracasso na identificação de jazidas conforme as expectativas iniciais, essas expedições contribuíram decisivamente para o conhecimento e a ocupação do território. Ao buscar o local mítico da Gameleira e Três Irmãos, foram descobertas novas áreas de mineração, especialmente diamantíferas, nos rios Indaiá, Abaeté, Santo Antônio e Areado. Em 1771, o capitão Inácio de Oliveira Campos explorou as vertentes dos rios das Velhas (Araguari), Paranaíba e Dourados, destacando seu potencial agrícola e mineral. (Eschwege, 2011; Silva, 1902).

Essas entradas, catalisadas pela força simbólica e orientadora dos roteiros, promoveram não apenas o avanço físico das frentes exploratórias, mas também o fortalecimento do domínio político do Termo de Pitangui sobre vastas áreas do sertão ocidental mineiro. No entanto, com o fim do governo do Conde de Valadares em 1773 e o recrudescimento das ameaças representadas por quilombos e grupos indígenas Caiapós-do-Sul (Panarás) oriundos da Capitania de Goiás, as ações

exploratórias foram gradualmente suspensas, relegando o território novamente ao silêncio cartográfico — ainda que o roteiro da Gameleira continuasse a circular no imaginário dos sertanistas por décadas. Em 1792, o *Roteiro da Gameleira e Três Irmãos* reaparece nos registros como inspiração de uma grande expedição sertanista que adentrou os sertões do Indaiá e Abaeté e protagonizou a descoberta do célebre Diamante do Abaeté — então considerado o maior das Américas e o terceiro maior do mundo em sua época. (Silva, 1902; Mawe, 1813).

O roteiro minerador como instrumento de legitimidade política e reivindicação de mérito no sertão colonial

A história do roteiro da Gameleira e Três Irmãos revela não apenas seu papel na mobilização de entradas aos sertões do oeste mineiro, mas também seu uso estratégico no discurso jurídico e administrativo de agentes coloniais que buscavam reconhecimento oficial por achados minerários. Ao longo do século XVIII, em um contexto marcado pela rigidez das normas que regulavam a extração diamantífera — especialmente após a criação do Distrito Diamantino e da Real Extração —, qualquer descoberta fora das áreas demarcadas podia ser interpretada como contrabando. Nesse cenário, documentos como roteiros e mapas manuscritos passaram a operar como mecanismos de legitimação das ações dos sertanistas, permitindo-lhes reconstruir narrativas de boa-fé perante a administração régia. (Halfeld, 1998).

No caso específico do Diamante do Abaeté, descoberto em 1792 por um grupo de “contrabandistas”, os membros da expedição recorreram reiteradamente ao roteiro da Gameleira e Três Irmãos como elemento central de sua autodefesa (Andrade e Santos, 2025). Nas petições dirigidas à Coroa, argumentavam que o objetivo da entrada não era a procura deliberada por pedras preciosas — atividade restrita e fortemente vigiada —, mas sim a localização de um antigo descoberto de ouro, cuja existência constava em papéis antigos transmitidos entre sertanistas. A menção ao roteiro conferia um arcabouço preexistente à expedição, revestindo-a de legalidade e afastando a pecha de clandestinidade. (AHU, s.d.).

Essa estratégia discursiva visava afastar os participantes da figura do “garimpeiro”, que no vocabulário jurídico da época designava o indivíduo que extraía diamantes fora da legislação vigente, em contraposição aos “fiscadores” que estavam autorizados. Ao alegarem que a descoberta da pedra fora “fortuita” e derivada de uma diligência aurífera legítima, os expedicionários pretendiam obter

reconhecimento oficial e recompensas da Coroa portuguesa. O roteiro, assim, funcionava como testemunho prévio e indireto de intenções lícitas, ainda que, na prática, a natureza do empreendimento pudesse estar muito mais próxima das ações típicas dos buscadores ilegais.

Nesse sentido, pode-se interpretar o roteiro da Gameleira e Três Irmãos como um artefato híbrido: ao mesmo tempo em que inspirava buscas efetivas por riquezas minerais, ele também operava como instrumento retórico em disputas por legitimidade, cargos e recompensas. A materialidade do documento — ainda que de origem incerta ou de difícil interpretação — permitia que se construísse uma narrativa contínua entre o passado das entradas sertanistas e os achados do presente, neutralizando suspeitas e abrindo margem para a inserção desses sujeitos no campo das honrarias coloniais.

Assim como Manoel Pinto da Fonseca, que alegou ter encontrado em 1768 um descoberto aurífero no sertão do Abaeté, enquanto informantes locais e oficiais da Coroa atestavam a pobreza mineral da região, Manuel de Assunção Ferraz Sarmento também recorreu ao discurso do roteiro para se consolidar como legítimo descobridor. Ao entregar à rainha Maria I o Diamante do Abaeté em 1793 (ANDRADE e SANTOS, 2025), Sarmento anexou a seu feito a alegação de haver localizado, simultaneamente, um "Descoberto de ouro" na região denominada por ele "Sítio da Gameleira, Três Irmãos e Chapada Alta". Tal afirmação, amparada em um dos roteiros analisados, visava ampliar o prestígio de Sarmento diante da Coroa, transformando-o não apenas no portador de uma pedra extraordinária, mas em um agente prospectivo relevante para a expansão minerária do Império. (AHU, s.d.)

A utilização de roteiros como meio de obtenção de benefícios junto à administração régia tem precedentes históricos claros. Em 1734, Matias Barbosa da Silva apresentou um roteiro que mencionava os rios Doce, Cuieté e Mayasu, fundamentado nos relatos de sertanistas paulistas como Manoel Monteiro Chassim e Sebastião Preto Cabral. O roteiro prometia conduzir a regiões ricas em ouro e pedras preciosas e foi mobilizado em um contexto de crise econômica da mineração, quando a promessa de novos veios representava uma possibilidade concreta de recuperação patrimonial e ascensão social. Termos como "Cuieté" (mato fechado) e "Mayasú" (rio grande) acrescentavam ao texto uma carga simbólica indígena que reforçava sua autenticidade diante dos colonos. Tais expedientes não eram, contudo, manifestações de ingenuidade: conforme demonstrou Paiva (2020), diversas famílias estruturavam suas redes de influência e atuação justamente na apresentação de

roteiros como promessas formais de incremento das receitas régias — por meio da elevação de dízimos, quintos e novos descobertos auríferos e gemológicos.

Os roteiros, portanto, não apenas ativavam o imaginário mineralógico, mas também funcionavam como instrumentos de mediação entre os interesses locais e a burocracia colonial, permitindo que certos grupos obtivessem cargos, privilégios ou acesso a terras com base em promessas de descobertas que, muitas vezes, jamais se concretizariam. Como reconhecia um documento oficial de 1798, arquivado no Arquivo Público Mineiro:

“Os diversos roteiros dos antigos paulistas e descobridores das minas do ouro desta Capitania são reputados pelos modernos por verdades incontestáveis. E, até agora, não se tem encontrado as imensas riquezas por aqueles vaticinadas, nem por isso a maior parte destes atribui às fábulas todas as suas profecias; mas sim a engano próprio, e, a não terem chegado aos lugares designados.” (APM, 1798)

Essa afirmação é reveladora: mesmo diante da ausência factual das riquezas prometidas, os roteiros não eram descartados como falsificações deliberadas, mas sim reinterpretados como guias incompletos, cuja eficácia teria sido comprometida por falhas humanas ou infortúnios de percurso. Tal flexibilidade explicativa é característica de tradições simbólicas de longa duração, que sobrevivem mesmo em contextos de racionalização administrativa e de crítica científica — como exemplificam os pareceres céticos de José Vieira Couto no início do século XIX. (Couto, 1842).

A longevidade dos roteiros no espaço dos sertões

A permanência do roteiro da Gameleira e Três Irmãos no imaginário dos habitantes do sertão mineiro até o século XX constitui uma evidência de seu profundo arraigamento cultural. Longe de ser apenas um documento antigo, sua memória era constantemente renovada pelas narrativas orais e pelas expectativas em torno de descobertas fabulosas no interior. Quando o naturalista e médico José Vieira Couto percorreu a região dos rios Abaeté e Indaiá em 1800, registrou com espanto a vivacidade com que o roteiro era cultivado pelos moradores. Em suas palavras:

Corre fama, todavia, e é tradição constante nesta Capitania de muitos anos, que nestas serras vizinhas às fontes do Abaeté, existem três montes de ouro [...] chamados os Três Irmãos; outros lhe chamam o Descoberto da Gameleira [...]. Esta fama entre os moradores vizinhos àqueles lugares existe ainda viva, e parece até com o tempo ter tomado maior vigor: vivem todos entusiasmados com estas esperanças; conservam estes roteiros, e sabem-nos de cor, são suas conversas de dia, e seus sonhos de noite. (Couto, 1842).

Esse testemunho revela que, já nos primeiros anos do século XIX, o roteiro transcendera seu valor prático inicial e convertera-se em um poderoso símbolo regional, sustentado pela oralidade e pelo desejo coletivo de redenção econômica através da mineração.

A força dessa tradição reapareceria pouco mais de uma década depois. Em 1811, durante as diligências para localizar o veeiro de chumbo do Ribeirão da Galena, o comandante do Quartel Geral do Indaiá, José de Deus Lopes, incumbido da missão, mobilizou moradores da região, incluindo o fazendeiro José Soares Roma, residentes no entorno do Rio Abaeté. Segundo relato de Wilhelm Ludwig von Eschwege, muitos dos envolvidos foram impulsionados pelo desejo de alcançar o mítico “Descoberto da Gameleira ou dos Três Irmãos”, cuja fama, associada a “enormes tesouros”, ainda circulava amplamente por meio de um velho roteiro tido como autêntico. Para muitos sertanejos e aventureiros, a crença nesses achados conferia sentido à travessia de regiões inóspitas e servia como combustível simbólico diante das dificuldades impostas pela natureza e pela legislação vigente. (Eschwege, 2011).

Esses episódios demonstram que o roteiro, mesmo sem provas concretas de sua eficácia minerária, operava como um dispositivo cultural duradouro, orientando expedições oficiais e informais, mantendo acesa a chama de uma esperança coletiva que atravessava gerações. Sua persistência na cultura oral, associada ao desejo de reencontrar riquezas ocultas, atesta sua importância não apenas como fonte de informação, mas como elemento estruturante da imaginação mineradora do sertão mineiro.

A persistência do Roteiro da Gameleira e Três Irmãos ultrapassou o universo colonial e prolongou-se muito além da era das grandes bandeiras, mantendo-se vivo no imaginário popular da região central de Minas Gerais até o século XX. O caso mais emblemático dessa longevidade simbólica

encontra-se no município de Cedro do Abaeté, que pode ser compreendido como o último grande reduto da tradição oral e documental relacionada ao mítico roteiro (Andrade, 2025). Ali, o roteiro não apenas continuou a circular entre moradores como também foi periodicamente reinterpretado, ressignificado e transmitido entre gerações, assumindo um papel central na memória coletiva e na identidade garimpeira local.

Exemplos concretos da continuidade do roteiro entre os habitantes de Cedro do Abaeté são registrados desde a década de 1940. Antônio de Paula Borges, ao se mudar para a Fazenda Baixadão no final daquela década, teria recebido de moradores da região um roteiro que prometia conduzir a um tesouro escondido. O documento indicava passos específicos: seguir a estrada do Morro da Bandeira, atravessar um córrego e cavar próximo de uma embaúba. Apesar de diversas tentativas, o tesouro permaneceu inalcançável, mas a fé em sua existência reforçava o valor do roteiro como referência de esperança e continuidade histórica. (Cerqueira, 1980).

O episódio mais expressivo, contudo, ocorreu em 1971, quando Zacarias Resende de Assis, então com 31 anos e proprietário da Fazenda Três Morros — antiga fração da histórica Fazenda de Sant’Anna de propriedade do Barão de Indaiá —, encontrou entre os papéis de seu pai e de seu avô um pergaminho antigo e enigmático, contendo instruções vagas e simbólicas para encontrar um fabuloso tesouro: uma chocolateira de barro cheia de diamantes e um tacho de ouro. O caso ganhou notoriedade, sendo noticiado por jornais de circulação nacional como o *Correio da Manhã*, *O Jornal* e o *Diário da Noite*, despertando o interesse de especialistas e curiosos. (Correio da manhã, 1971; Diário da noite, 1972; O jornal, 1972).

Segundo relatos veiculados na imprensa, a narrativa associava o tesouro a um personagem do início do século XIX conhecido como “europeu”, que, perseguido por tropas do Quartel Geral do Indaiá sob suspeita de garimpo ilegal, teria escondido seus embornais de diamantes em Três Morros antes de se entregar. A história sustentava que o tal “europeu” deixara um roteiro manuscrito com um aventureiro local, o qual teria preservado o documento por décadas. A partir desse indício, Resende de Assis buscou apoio de geólogos e paleógrafos para decifrar o manuscrito e confirmar sua autenticidade.

Mais do que uma simples história de tesouro, o episódio é revelador da força e continuidade do imaginário minerador local. É muito provável que o pergaminho estivesse vinculado à tradição do Roteiro da Gameleira e Três Irmãos, transmitido por linhagens familiares associadas ao antigo Sargento-Mor José de Deus Lopes (1751–1839), comandante do Quartel Geral do Indaiá. As terras de

Três Morros integravam a herança de sua filha, Maria Carolina Ferreira da Silva — conhecida como Maria Bahia —, e foram sendo transmitidas ao longo de gerações até chegar à família Resende. A continuidade da crença é corroborada por moradores mais antigos, que, em entrevistas à época, afirmaram que até por volta de 1920 ainda era possível identificar na paisagem dois grandes troncos de peroba que serviriam como marco do local indicado pelo roteiro. Taunay (abaixo), entretanto, critica ironicamente os esforços de quem tenta usar os antigos roteiros sertanistas como guias geográficos confiáveis. Segundo ele, muitos desses documentos eram escritos de forma deliberadamente confusa, quer para proteger informações valiosas sobre minas e rotas, quer por ignorância ou desequilíbrio de seus autores. Essa crítica reforça a noção de que os roteiros históricos são também artefatos simbólicos e políticos, e não apenas registros técnicos. Em suas palavras:

“Em suma, pretender alguém tirar deduções geográficas precisas e até mesmo dos velhos roteiros e quejandos papéis dos que nos restam de tal literatura, é fazer obra de charadista, ou melhor, de logogrifista. Deles se lhes fosse possível estariam a rir os autores de semelhantes quebra-cabeças propositalmente insolúveis, compostos para fins de despistamento, ou feitos por indivíduos ignaros, frequentemente maníacos e desequilibrados [...]” (Taunay, 1960, Tomo II, p. 202).

Este episódio, carregado de simbolismo e repercussão, atesta que Cedro do Abaeté não apenas preservou a tradição, mas também a reencenou, tornando-se um verdadeiro guardião da memória do roteiro e de sua carga mitológica. A resiliência dessa narrativa, mesmo frente ao descrédito científico, à modernização do campo e à erosão da mineração tradicional, evidencia a influência duradoura dos roteiros como mediadores entre a história, a esperança e a identidade local. Em Cedro do Abaeté, o Roteiro da Gameleira e Três Irmãos não é apenas vestígio de um passado remoto, mas um elemento cultural ativo, ressignificado continuamente como elo entre o sertão mineral e a imaginação de seus habitantes.

Exegese comparativa dos roteiros mineradores: da tradição setecentista ao manuscrito de Cedro do Abaeté

É útil que se analise comparativamente quatro roteiros mineradores produzidos entre os séculos XVIII e XX, todos relacionados à região do Alto São Francisco e às sub-bacias dos rios Abaeté e Indaiá, em Minas Gerais. O primeiro documento, intitulado *Roteiro de um sertanejo que faleceu*, encontra-

se sob a guarda do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi registrado por Tomás Antônio de Vila Nova Portugal (1755–1839), alto funcionário da administração luso-brasileira. (AIHGB, s.d.). O segundo, denominado *Roteiro das minas de ouro*, é um manuscrito anônimo, conservado entre os papéis do Marechal José Arouche de Toledo Rendon (1756–1834), importante figura política e militar da Capitania de São Paulo. (Publicação, 1894).

O terceiro roteiro encontra-se no manuscrito intitulado *Roteiro de um sertanejo que faleceu* (Figura 1), mas faz menção expressa a Manuel de Assunção Ferraz Sarmento— o chefe da campanha que descobriu o célebre Diamante do Abaeté, apresentado à Coroa portuguesa em 1793. Nesse contexto, Sarmento não apenas reivindicou a posse da pedra preciosa, como também indicou a existência de um sítio aurífero por ele descoberto, identificado como “Gameleira, Três Irmãos e Chapada Alta”. (AIHGB, s.d.). Atribuído a sua autoria, o roteiro aparece acompanhado de um esboço cartográfico, reforçando seu caráter exploratório e reivindicatório. Por fim, o quarto documento analisado é um manuscrito encontrado já no século XX pelo fazendeiro Zacarias Assis, em Cedro do Abaeté, contendo instruções para localização de um suposto tesouro enterrado, redigidas nos mesmos moldes descritivos dos roteiros coloniais. (Fazendeiro, 1971).

A análise descritiva e exegética dos quatro roteiros mineradores — os dois manuscritos do *Roteiro da Gameleira e Três Irmãos*, o roteiro entregue por Manuel de Assunção Ferraz Sarmento à Coroa portuguesa em 1793, e o roteiro encontrado por Zacarias Assis no século XX em Cedro do Abaeté — revela a permanência de uma tradição textual marcada por uma linguagem cifrada, simbólica e orientada pela memória oral do sertanismo. Apesar da distância temporal entre os documentos, seus elementos formais, sua lógica de localização e a gramática do imaginário mineral conservam notáveis pontos de convergência.

em que a descoberta das riquezas assume um papel quase escatológico, prometendo não apenas bens materiais, mas também redenção e glória espiritual.

O *roteiro de Manuel de Assunção*, embora mais racionalizado, conserva essa lógica simbólica. Ao mesmo tempo em que introduz nomes hidrográficos reconhecíveis e detalha pontos geográficos como o Ribeirão dos Tiros, o Córrego do Ouro ou o Rio Areado, mantém a oralidade narrativa e a topografia da revelação. O uso de marcas como “capoeira onde estive arranchado”, “morros encobertos de neblina” ou “três nas cabeceiras” confirma o entrelaçamento entre vivência pessoal e cartografia intuitiva. Seu mapa anexo reflete a coexistência entre tradição e tentativa de ordenação administrativa — um híbrido entre mapa místico e documento técnico.

Já o *roteiro de Cedro do Abaeté*, encontrado por Zacarias Assis, representa uma sobrevivência tardia e notavelmente fiel dessa tradição sertanista. Ainda que provavelmente redigido no século XIX, mantém intactos os padrões discursivos dos séculos anteriores. A estrutura de balizas naturais — “gameleira grande”, “pau de açoítá-cavalo”, “cedro torto para o lado do córrego” — remete diretamente à simbologia recorrente dos roteiros coloniais. A medida de espaço “um tiro de espingarda”, o uso de termos como “tesouros enterrados” e a referência à “chocolateira de barro com diamantes” apontam para a continuidade de uma linguagem mineradora enraizada na oralidade e na crença em uma riqueza subterrânea revelada apenas aos iniciados.

Do ponto de vista exegético, esse roteiro descoberto há poucas décadas não apenas reproduz a forma dos antigos, mas também dá testemunho de sua função social: sustentar a memória comunitária, alimentar esperanças de descoberta e conferir sentido à paisagem por meio de signos herdados. O texto de Cedro do Abaeté não é apenas um eco de documentos coloniais, mas a reafirmação da validade cultural de uma tradição mineradora que sobrevive ao descrédito científico e à exaustão física dos garimpos. Nele, o espaço geográfico é menos um território “mapeável” e mais um campo simbólico, onde a fé, a lembrança e a expectativa convergem.

A comparação entre os roteiros evidencia, portanto, uma gramática persistente do sertanismo, que combina empirismo e mito, técnica e oralidade, religiosidade e avareza. Mesmo diante das críticas ilustradas de José Vieira Couto, que rejeitava a credibilidade desses documentos com base em critérios geológicos, os roteiros sobreviveram como forma de escrita territorial e de legitimação mineradora. Sua análise exegética permite entender não apenas os caminhos do ouro, mas os modos pelos quais a linguagem e o imaginário organizaram o sertão como espaço de desejo, disputa e promessa.

Conclusão:

O Roteiro da Gameleira e Três Irmãos, longe de ser apenas um vestígio de práticas minerárias marginais, deve ser compreendido como um artefato articulador entre o saber técnico, a imaginação simbólica e as estratégias políticas em diferentes momentos históricos. Ao atravessar os séculos como documento, tradição oral e instrumento de reivindicação, o roteiro demonstra sua capacidade de operar como mediador entre a realidade material da escassez e a persistência mítica da abundância mineral. Mais do que um guia geográfico, ele funcionou como um dispositivo social de legitimidade, por meio do qual indivíduos e grupos buscavam negociar prestígio, acesso a cargos e reconhecimento régio.

Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, este artigo dialoga com correntes historiográficas que têm questionado os limites entre economia, cultura e memória na história da mineração em Minas Gerais. A análise de manuscritos vinculados a figuras como Manuel de Assunção Ferraz Sarmento, bem como de fontes orais e impressas do século XX, permite revelar a existência de uma cartografia subterrânea — não apenas geológica, mas simbólica — que estruturava as expectativas e práticas dos sertanistas. Os roteiros mineradores, como os da Gameleira e Três Irmãos, condensam camadas topográficas e míticas, projetando sobre o território não apenas rotas, mas narrativas de salvação, autoridade e pertencimento.

Nesse sentido, o saber minerador colonial não foi meramente técnico ou empírico: ele foi também uma forma de produção discursiva e política, moldada por dinâmicas de memória, herança e mobilização social. O caso de Sarmento, ao articular um roteiro à entrega do Diamante do Abaeté em Lisboa, exemplifica a transformação do conhecimento territorial em capital simbólico diante da Coroa portuguesa. Da mesma forma, o episódio protagonizado por Zacarias Resende de Assis, no século XX, evidencia a sobrevivência ativa dessa tradição, fazendo de Cedro do Abaeté um espaço de resistência e reencenação simbólica da promessa mineral.

Ao final, compreender os roteiros sertanistas como formas de escrita territorial e imaginária permite repensar o próprio conceito de “documento” na história colonial. Eles são menos registros do que dispositivos performativos — mapas do desejo e da crença —, cuja durabilidade não reside em sua precisão geográfica, mas em sua capacidade de encenar, repetir e sustentar o sonho de riquezas enterradas. Como advertiu Taunay, esses roteiros talvez não visassem conduzir aos veios do ouro, mas

a uma forma de poder igualmente cobiçada: o domínio sobre o tempo, a memória e o prestígio nas margens do império.

Agradecimentos

Essa pesquisa é parte do IN2PAST.BR, o INCT sobre Patrimônio Cultural e Natural com verba do CNPq (APQ 406864/2022-5) e FAPEMIG (APQ 04006-24). Agradecemos aos colegas do Instituto Diadorim e cidadãos de Cedro do Abaeté (MG) pelo apoio e discussões prévias sobre história da região.

Contribuição de autoria

PHA e FRS contribuíram igualmente com a conceitualização, pesquisa e escrita da versão inicial e final do artigo.

Conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Declaração de dados

Os autores declaram que os dados de pesquisa estão disponíveis aos interessados.

Referências:

Fontes manuscritas e impressas:

AHU ACL CU 011, Cx. 151, D. 6 (1) – Requerimento de Francisco Xavier de Almeida, morador no Morro de Mateus Leme, Termo da Vila do Sabará, pedindo a propriedade de um dos ofícios de Tabelião e Escrivão da Câmara e Almotaçaria e Escrivão dos Órfãos da Vila de Pitangui, em lugar da mercê régia de outro ofício para uma das Contagens, estabelecidas na Capitania das Minas.

AHU ACL CU 011, Cx. 126, D. 23 (1) – Requerimento de Manuel de Assumpção Sarmiento, “Serta Nota”, rematante do contrato dos dízimos das Minas Gerais, solicitando a licença de quatro meses para acabar de rematar os contratos (sic).

AIHGB, Lata 68, D. 25 – Roteiro de um sertanejo que faleceu, por Tomás Antônio de Vila Nova Portugal.

APM SC SG 143 – Registro de cartas do Governador ao Vice-Rei, outros governadores e diversas autoridades da Capitania; circulares, ordens, representações e respostas, instruções e cartas de autoridades ao Governador, 1764-1769, fl. 121-121v.

APM SC SG 159 – Registro de cartas do Vice-Rei e autoridades da Capitania ao Governador, 1768-1769, fl. 134v-135v.

APM. CC Cx. 89, D. 20287 – Carta de Antônio Ramos da Silva Nogueira sobre o pedido de Joaquim Borges Pinto Barreto para exploração dos sertões e rotas dos artigos paulistas e descobridores das minas de ouro. Vila Rica, 15 de dezembro de 1798.

BNRJ, Códice 18,2, 3 – PIRES, Tomás Francisco. Com roteiro do Descoberto do Abaeté. Correspondência de Valadares, 1769, fl. 647.

Jornais:

FAZENDEIRO de Abaeté tem mapa de tesouro. Correio da Manhã, ano LXXI, n. 24123. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1971, p. 3.

DIÁRIO da Noite (ed. Matutina), ano XLVIII, n. 14156. São Paulo, 21 de janeiro de 1972, p. 48.

O JORNAL, ano LII, n. 15446. Meridional. Tesouro em diamantes aguarda a escavadeira. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1972, p. 5.

Bibliografia

ANDRADE, Francisco Eduardo de. O descobridor, o garimpeiro e o naturalista na fronteira: roteiros do Rio Abaeté, América Portuguesa. In: CATÃO, Leandro Pena. Pitangui Colonial. História e Memória. Belo Horizonte: Crisálida, 2011, p. 113-133.

ANDRADE, Pedro Henrique de, SANTOS, Fabrício Rodrigues dos. Os diamantes de Nova Lorena Diamantina: as grandes pedras em disputa no Brasil Colônia. *Revista Galo* (no prelo). 2025. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11628>

ANDRADE, Pedro Henrique de. Nova Lorena Diamantina: história e memória de Cedro do Abaeté. Clube de Autores, Brasil. 627 p.

CERQUEIRA, José Alves de. “Cedro do Abaeté”. *Jornal do Brasil*, caderno B, 25 de janeiro de 1980, p. 32.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 21.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios, e domicílio próprio; à maneira de itinerário com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1842, p. 121.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Trad. Domicio de Figueiredo Murta. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 104.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, p. 110.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1969.

MAWE, John. *A treatise on diamonds, and precious stones, including their history, natural and commercial: to which is added, some account of the best methods of cutting and polishing them*. Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Londres, 1813, p. 34.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 57-58.

PAIVA: Adriano Toledo. As riquezas da “Casa da Casca”: Uma análise do roteiro lendário paulista e dos processos de conquista dos sertões das Minas Gerais no século XVIII. In: *Sertão: Cultura e território: Sertão: Cultura e território* Carla Cristina Barbosa, César Henrique de Queiroz Porto e Denilson Meireles. Montes Claros: Editora Unimontes 2020, p. 47-79.

PUBLICAÇÃO oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1894, p. 67-68.

RESUMO da memória do segundo vereador da Câmara de Pitanguy, oferecida na vereação de 30 de dezembro de 1819. RIHGB, Rio de Janeiro, t. VI, 1844, p. 284.

SILVA, Joaquim Antônio Gomes da. Escavações ou apontamentos históricos da cidade de Pitanguy. RAPM, Belo Horizonte, ano VII, v. 3, 1902, p. 705.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1960. Vol. II, p. 202.

TRINDADE, Raimundo Otávio da. Instituições de igrejas no bispado de Mariana. Cônego Raimundo Trindade. Prefácio de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 223-227.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.